



TESOURO NACIONAL

RTN
2022
janeiro

Publicado em
24/02/2022

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2021/2022 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2021/2022				
Discriminação	Janeiro		Variação (2022/2021)	
	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	181.804	236.339	30,0%	17,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	26.157	33.233	27,1%	15,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	155.647	203.105	30,5%	18,2%
IV. DESPESA TOTAL	112.142	126.566	12,9%	2,2%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	43.505	76.539	75,9%	59,4%
Tesouro Nacional	62.192	92.613	48,9%	34,9%
Banco Central	-215	-64	-70,1%	-72,9%
Previdência Social (RGPS)	-18.472	-16.010	-13,3%	-21,5%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	6,6%	10,3%	-	-

Memorando:

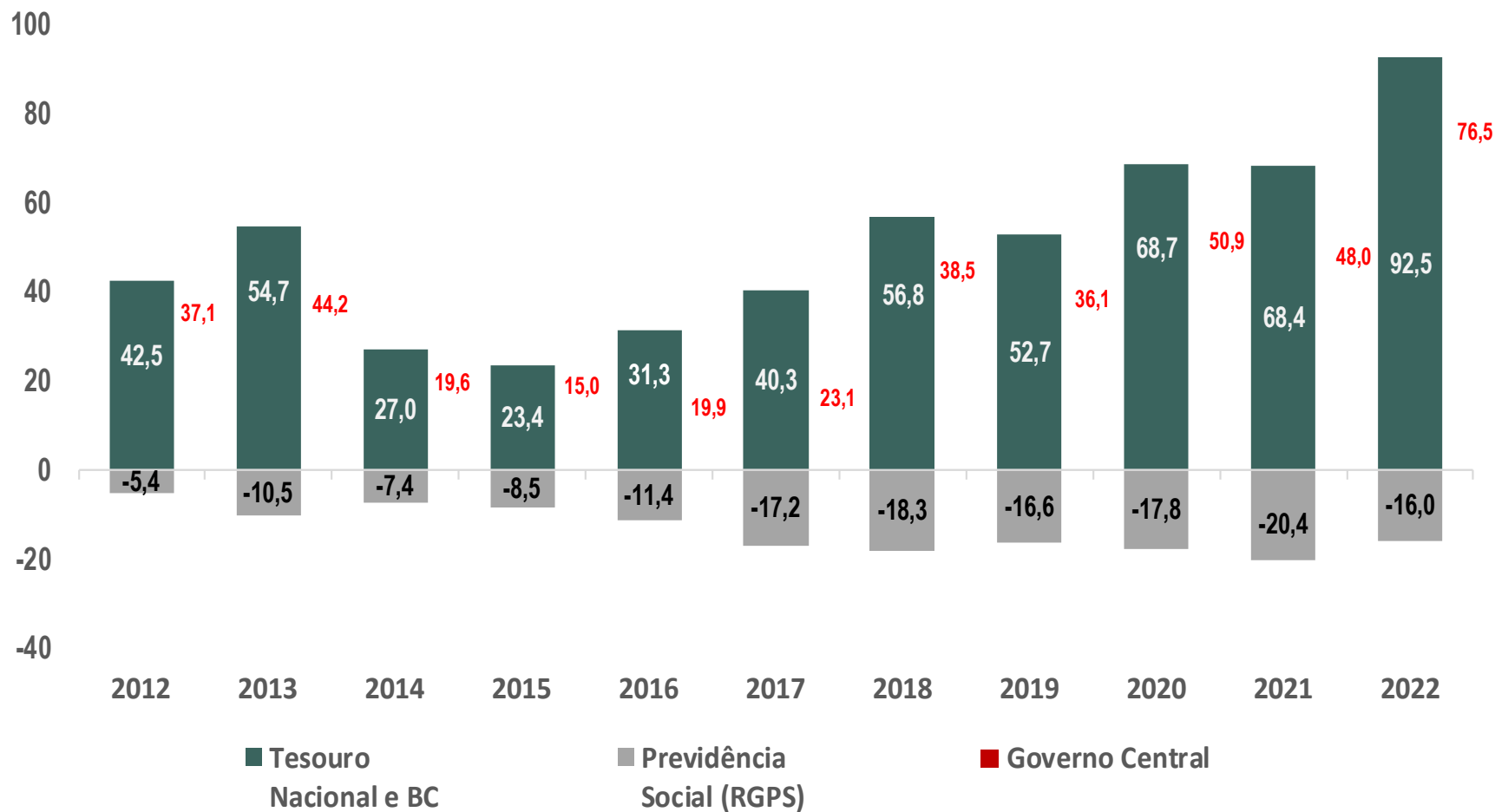
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	61.977	92.549	49,3%	35,3%
---	--------	--------	-------	-------

Fonte: Tesouro Nacional

Em janeiro de 2022, houve **superávit primário** de **R\$ 76,5 bilhões**, frente a superávit de **R\$ 43,5 bilhões** em janeiro de **2021** (valores nominais).

Resultado Fiscal do Governo Central

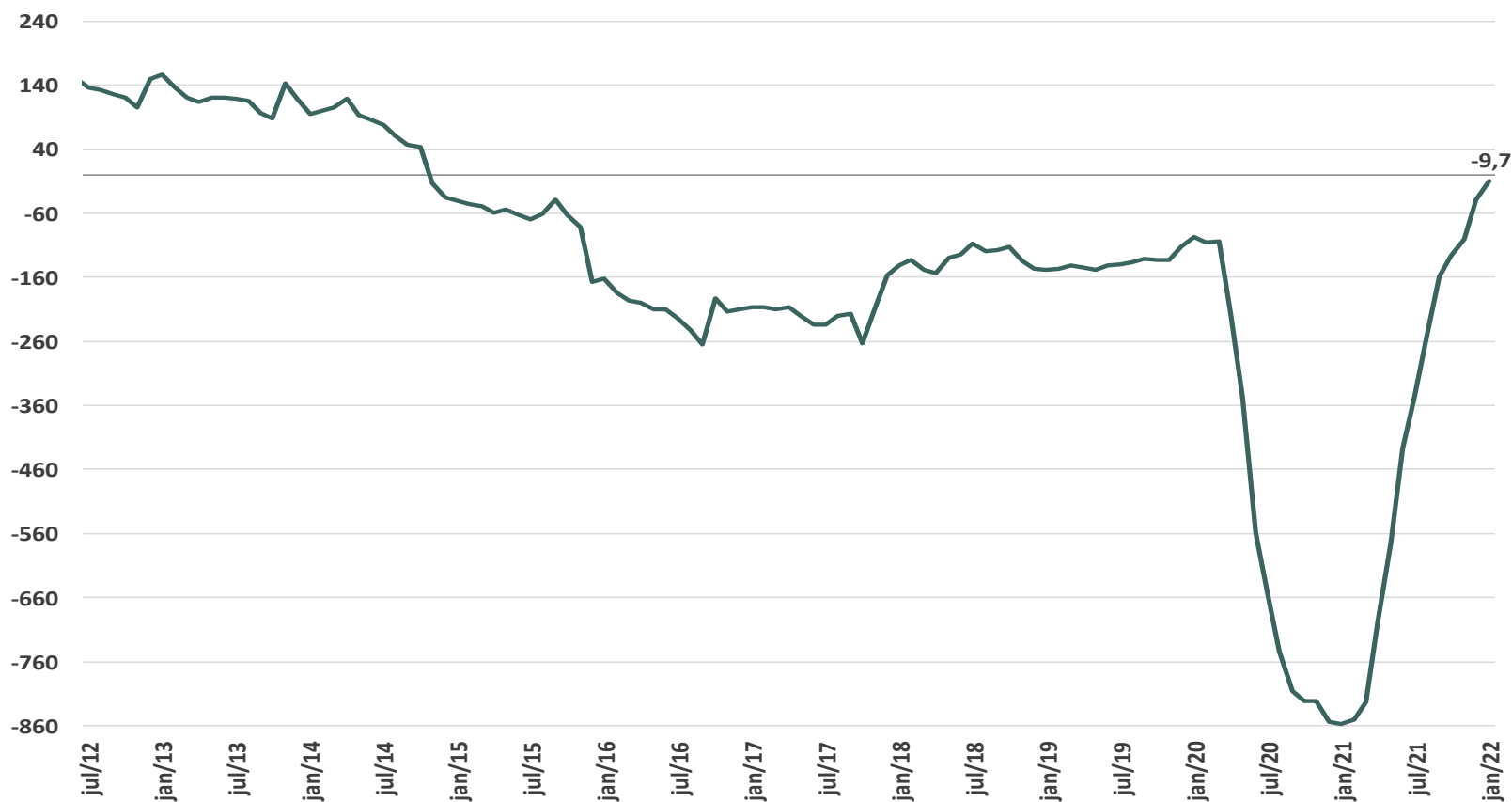
Resultado Primário do Governo Central – Resultado de Janeiro – Componentes
Brasil – 2012/2022 – R\$ Bilhões – A preços de jan/22– IPCA



Em janeiro de 2022, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 16,0 bilhões** (a preços de jan/22), enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 92,5 bilhões**.

Resultado Fiscal do Governo Central

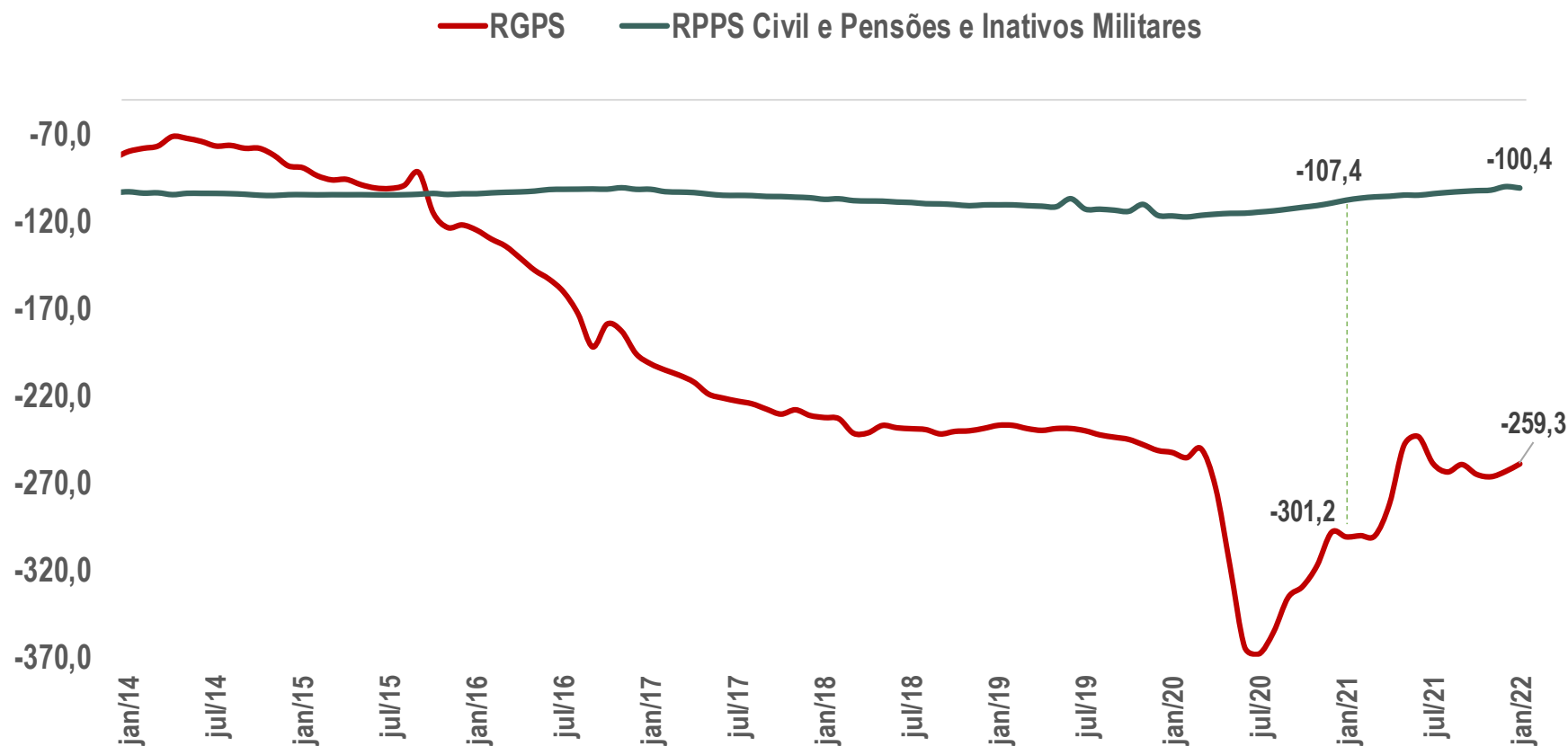
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2022 – R\$ Bilhões – A preços de jan/22– IPCA



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jan/2022) foi de **déficit de R\$ 9,7 bilhões**, equivalente a **0,02% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jan/22- IPCA



* Inclui FCDF.

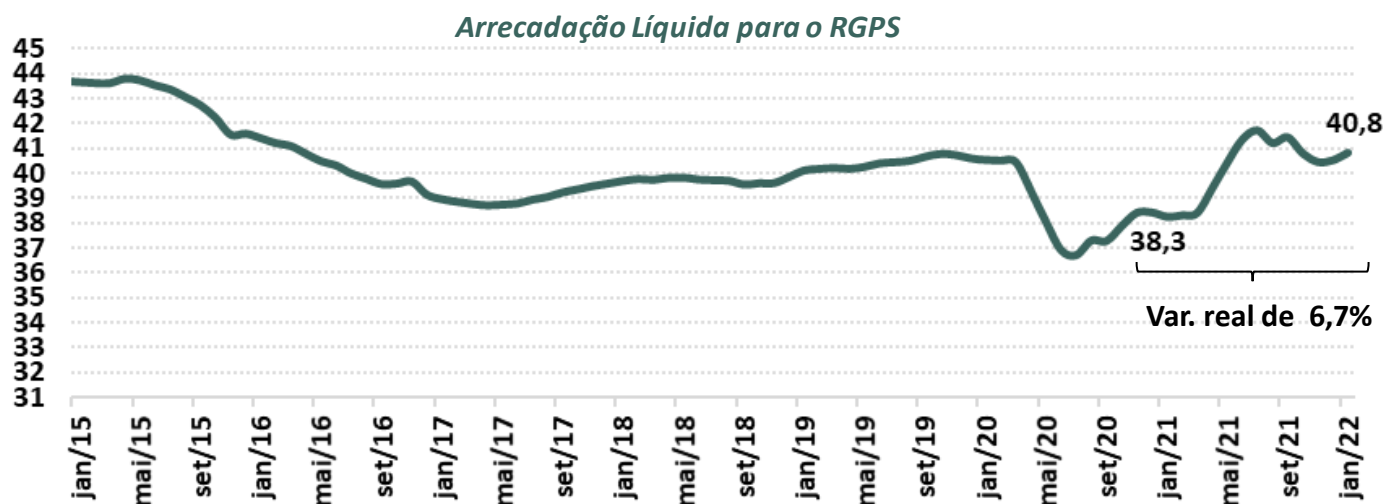
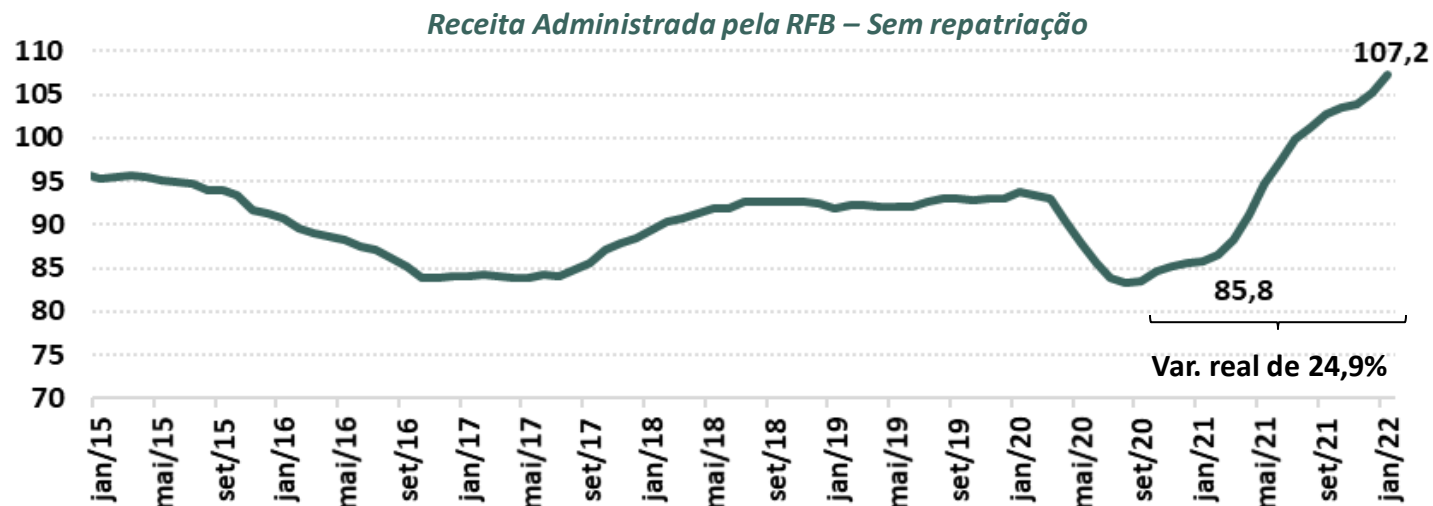
Total do déficit
**RGPS + RPPS Civil e
Pensões/Inativos
Militares = R\$ 359,7
bilhões (3,9% do PIB)** no
Governo Central no
acumulado em 12 meses
até janeiro de 2022, a
preços de jan/2022 –
IPCA.

A redução do déficit do
RGPS entre jan/21 e
jan/22 em R\$ 41,9
bi deveu-se ao efeito
conjunto da redução em
R\$ 11,2 bi dos benefícios
previdenciários e da
elevação de R\$ 30,7 bi da
arrecadação líquida do
RGPS.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de jan/22- IPCA



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou elevação real de **24,9%** em relação a janeiro de 2021, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS** foi de **6,7%**.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de jan/22 - iPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2021/2022				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	200.674,0	236.338,6	35.664,5	17,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	142.867,2	167.030,6	24.163,5	16,9%
Imposto de Importação	5.493,5	5.348,5	-145,1	-2,6%
IPI	6.053,8	5.864,7	-189,1	-3,1%
Imposto de Renda	71.351,1	84.164,0	12.813,0	18,0%
IOF	2.448,8	4.703,7	2.254,8	92,1%
COFINS	26.558,7	25.026,1	-1.532,6	-5,8%
PIS/PASEP	7.526,9	7.082,7	-444,3	-5,9%
CSLL	20.635,4	32.074,3	11.438,9	55,4%
CIDE Combustíveis	42,2	242,9	200,8	476,2%
Outras	2.756,7	2.523,8	-232,9	-8,4%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	36.053,6	39.682,9	3.629,3	10,1%
Urbana	35.256,8	38.960,9	3.704,1	10,5%
Rural	796,8	721,9	-74,8	-9,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	21.753,3	29.625,1	7.871,8	36,2%
Concessões e Permissões	653,4	692,3	38,9	5,9%
Dividendos e Participações	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.494,3	1.319,4	-174,9	-11,7%
Exploração de Recursos Naturais	9.987,1	18.170,0	8.182,8	81,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.451,3	1.636,3	184,9	12,7%
Contribuição do Salário Educação	2.161,9	2.137,5	-24,4	-1,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Demais Receitas	6.005,1	5.669,6	-335,5	-5,6%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.872,1	33.233,4	4.361,2	15,1%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	171.801,9	203.105,2	31.303,3	18,2%

Em janeiro de 2022, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 35,7 bilhões (17,8%) em termos reais**, em relação à janeiro de 2021.

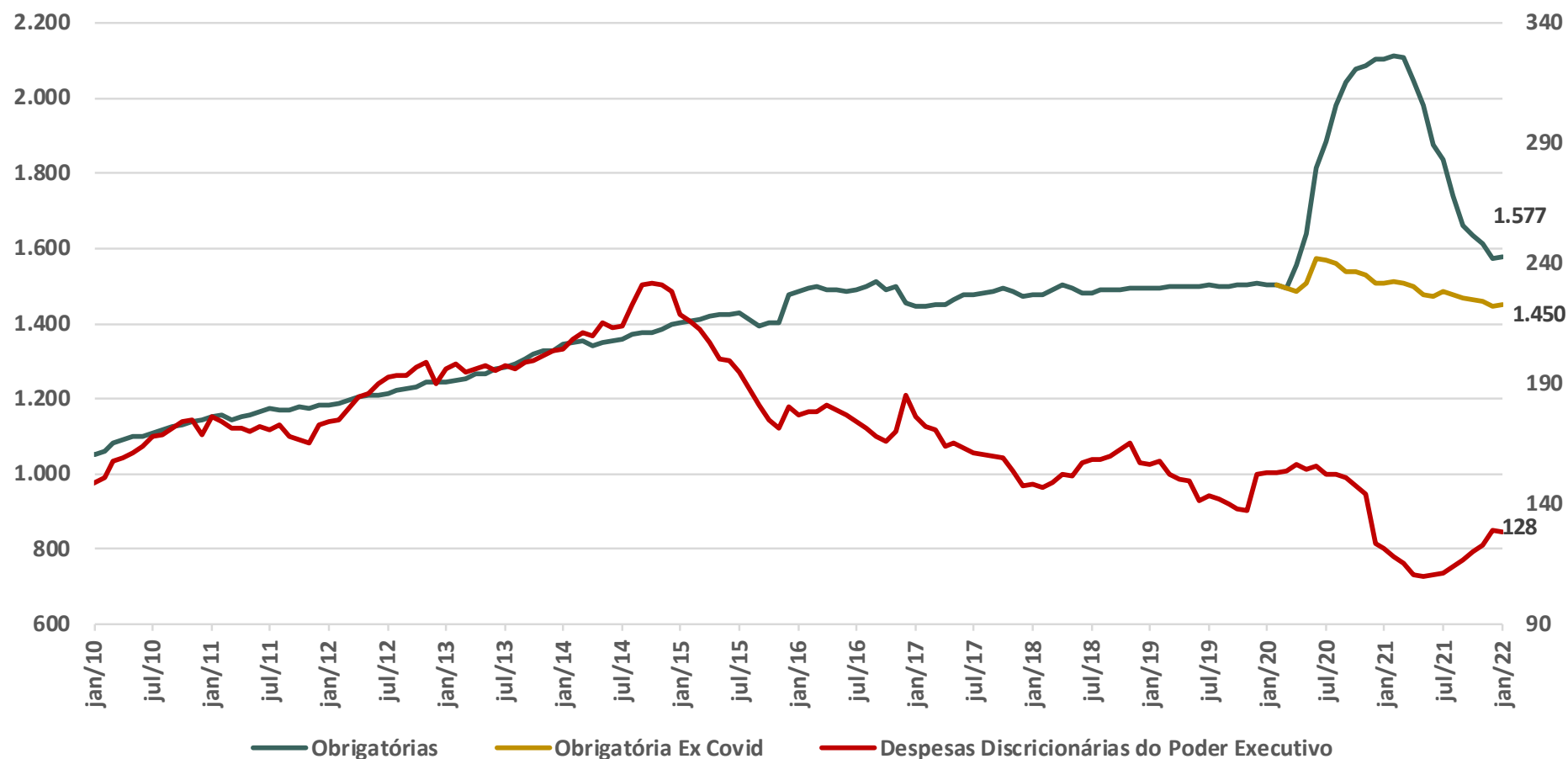
Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 24,2 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 7,9 bilhões nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 3,6 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 31,3 bilhões (18,2%) em termos reais frente à janeiro de 2021.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de jan/22- IPCA



Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 127,2 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de jan/22) apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em janeiro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de janeiro de 2019.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de jan/22 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2021/2022				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	123.781,2	126.566,2	2.785,0	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	56.443,1	55.692,6	-750,5	-1,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	44.684,0	44.033,0	-651,0	-1,5%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	696,0	723,3	27,3	3,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.759,1	11.659,6	-99,5	-0,8%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	183,2	192,3	9,2	5,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	29.800,0	27.754,9	-2.045,2	-6,9%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	149,1	154,6	5,5	3,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.414,7	23.915,4	500,7	2,1%
Abono e Seguro Desemprego	6.149,9	4.495,3	-1.654,6	-26,9%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.966,1	5.919,7	-46,4	-0,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.153,4	3.426,0	1.272,6	59,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	489,1	471,9	-17,3	-3,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	3.608,7	4.939,0	1.330,2	36,9%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	554,1	593,7	39,6	7,2%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	958,6	332,3	-626,3	-65,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	270,5	189,3	-81,3	-30,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.287,4	2.959,2	671,8	29,4%
Impacto Primário do FIES	670,0	290,2	-379,7	-56,7%
Demais	306,9	298,9	-8,0	-2,6%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fi	14.123,4	19.203,4	5.080,0	36,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.414,3	16.026,6	5.612,3	53,9%
Discricionárias	3.709,1	3.176,8	-532,3	-14,4%
Memorando:				
Custeio Administrativo	1.971,6	2.024,9	53,3	2,7%
Investimento	945,2	742,0	-203,3	-21,5%

Em janeiro de 2022 contra mesmo mês de 2021, a **despesa total sofreu elevação de R\$ 2,8 bilhões (2,2%) em termos reais**. As principais variações foram:

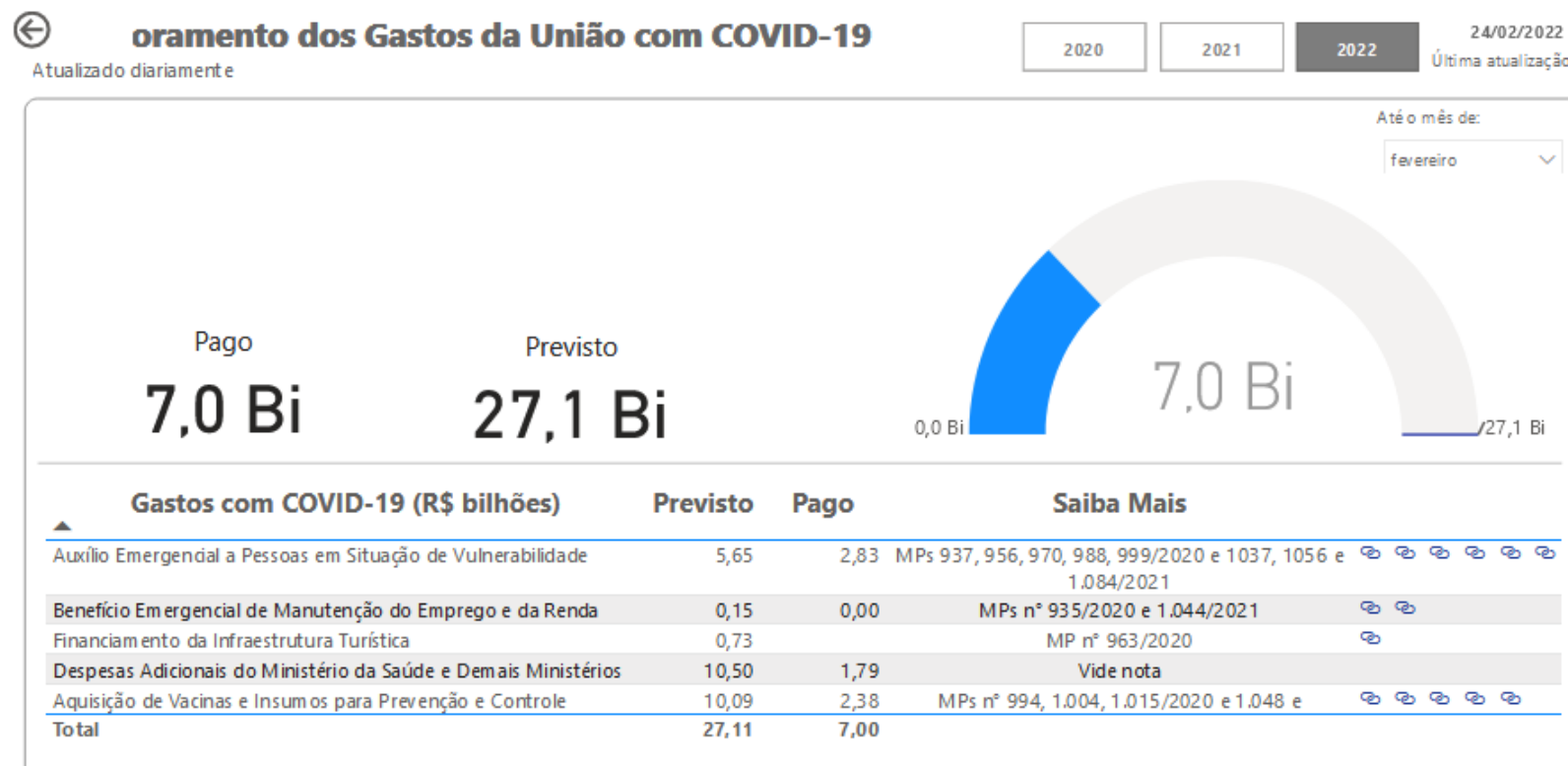
- Obrigatórias com controle de fluxo (+R\$ 5,6 bi);
- Fundeb – complementação da União (+ R\$ 1,3 bi);
- Créd. Extraordinários (+ R\$ 1,3 bi)
- Abono e Seg. Desemprego (-R\$ 1,7 bi);
- Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 2,0 bilhões).

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020 à 2022 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19



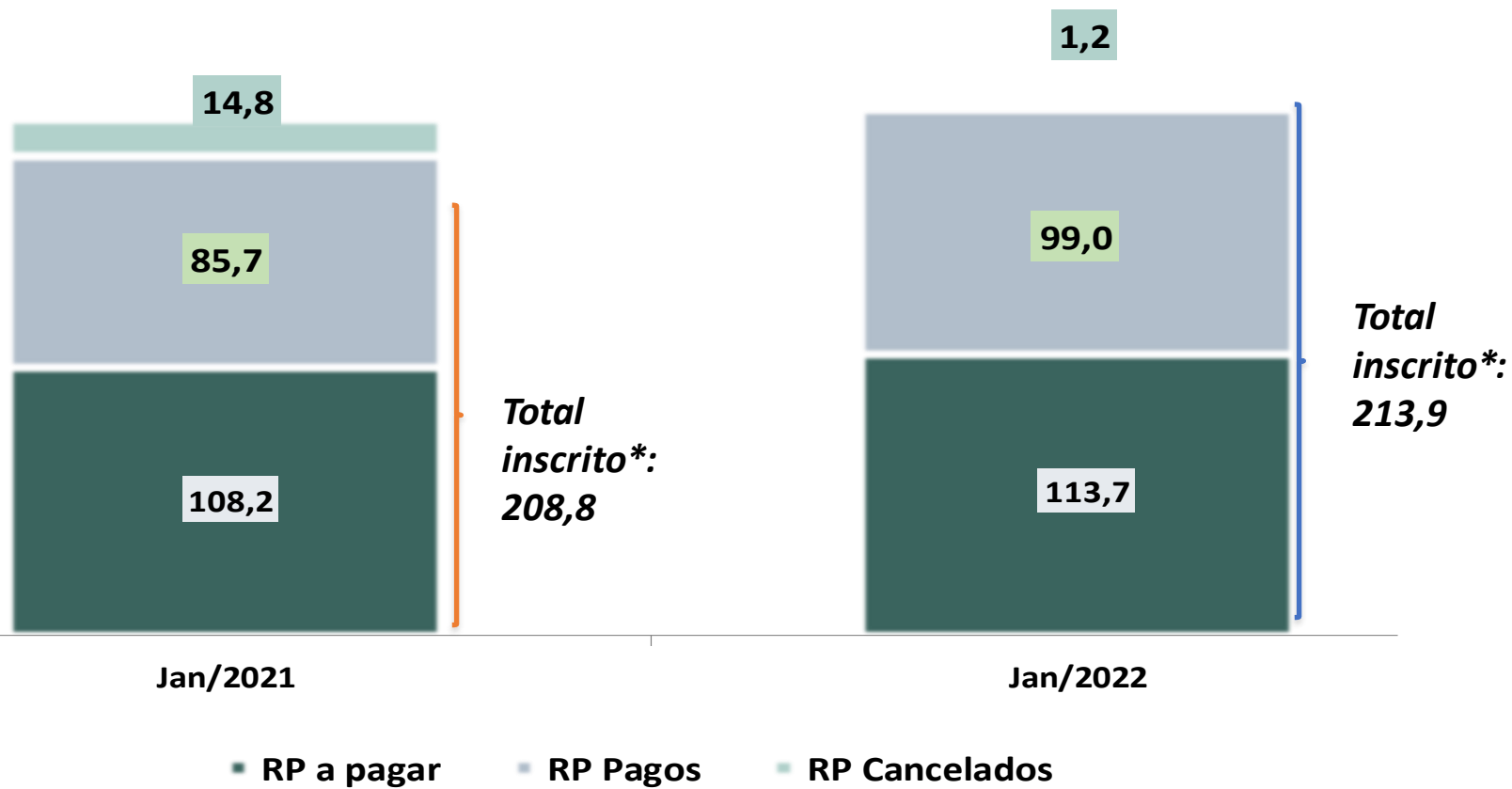
Da previsão de R\$ 27,1 bilhões de gastos para o enfrentamento ao COVID-19 em 2022, foram pagos R\$ 7,0 bilhões.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2021/2022 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) em janeiro de 2022 correspondeu a **R\$ 99,0 bilhões**, contra **R\$ 85,7 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** em janeiro de 2022 totalizaram **R\$ 1,2 bilhão** frente a **R\$ 14,8 bilhões** no mesmo período de 2021.

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2022/114>

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2022	Limite atualizado EC nº 95/2016	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	117.146	1.679.573	7,0%
II.1 Poder Executivo	111.437	1.606.857	6,9%
II.2 Poder Legislativo	1.042	14.510	7,2%
II.2.1 Câmara dos Deputados	506	6.970	7,3%
II.2.2 Senado Federal	357	5.130	7,0%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	178	2.410	7,4%
II.3 Poder Judiciário ²	4.016	49.947	8,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	62	745	8,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	135	1.752	7,7%
II.3.3 Justiça Federal	1.054	12.926	8,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	41	630	6,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	668	8.518	7,8%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.763	22.035	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	282	3.113	9,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	11	228	4,6%
II.4. Defensoria Pública da União	39	632	6,1%
II.5 Ministério Público da União	613	7.626	8,0%
II.5.1 Ministério Público da União ¹	606	7.529	8,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	6	97	6,5%

Em janeiro de 2022, as despesas sujeitas ao teto totalizaram **7,0% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016**.

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Janeiro		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2021 (a)	2022 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	105.896	117.146	10,6%	15,2%
II.1 Poder Executivo	100.134	111.437	11,3%	15,1%
II.2 Poder Legislativo	1.001	1.042	4,1%	23,9%
II.2.1 Câmara dos Deputados	495	506	2,2%	26,6%
II.2.2 Senado Federal	336	357	6,2%	21,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	169	178	5,5%	21,6%
II.3 Poder Judiciário ²	4.067	4.016	-1,3%	16,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	53	62	17,5%	20,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	136	135	-0,6%	21,5%
II.3.3 Justiça Federal	1.150	1.054	-8,4%	15,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	37	41	9,6%	18,3%
II.3.5 Justiça Eleitoral	655	668	2,0%	18,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.748	1.763	0,8%	15,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	276	282	2,1%	14,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	11	11	-4,4%	-14,0%
II.4. Defensoria Pública da União	37	39	5,5%	25,1%
II.5 Ministério Público da União	658	613	-6,9%	12,5%
II.5.1 Ministério Público da União ¹	652	606	-7,0%	12,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	6	6	3,5%	13,5%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

A **margem de enquadramento** é o **percentual de crescimento nominal** em 2022, na comparação com a despesa paga em 2021, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

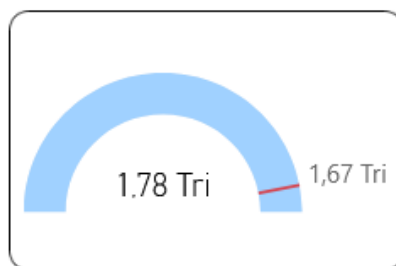
Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2021 para 2022 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

← mês
janeiro de 2022

% da despesa coberta com a
receita considerada



93,82%

Margem de suficiência dos
últimos 12 meses

109,88 Bi

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	168,07 Bi	168,07 Bi	1.777,52 Bi
Receitas Consideradas	221,43 Bi	221,43 Bi	1.667,63 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	164,35 Bi	164,35 Bi	2.010,39 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	-57,08 Bi	-57,08 Bi	301,18 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	0	0	42 Bi
Resultado	-53,36 Bi	-53,36 Bi	109,88 Bi

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2022: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes

Suficiência da Regra de Ouro

Representação da base móvel para o cumprimento da Regra de Ouro nos últimos 12 meses em relação ao mês de referência



No acumulado em 12 meses até janeiro/2022, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 109,9 bilhões**.

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2022 – R\$ Bilhões – A preços correntes

	Projeção 2022
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.671,5
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.794,7
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	123,2
Despesas de Capital (II)‡	1.686,6
Investimentos†	42,3
Inversões Financeiras†	66,6
Amortizações	1.577,7
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	15,1

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2022 apontam uma pequena suficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito não excederão o montante das despesas de capital em 2022.

Essa projeção é factível pela possibilidade de utilização de fontes com superávit financeiro de 2021, como o resultado do Banco Central, além de fontes com previsão de ingresso em 2022, como o retorno de empréstimos do BNDES.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para este e para os próximos anos.

Aperfeiçoamentos Metodológicos

Série de Custeio Administrativo

Custeio Administrativo por Grupo e Item	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CUSTEIO ADMINISTRATIVO (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)	0,75%	0,74%	0,70%	0,72%	0,71%	0,79%	0,68%	0,66%	0,63%	0,60%	0,53%
1. Serviços de Apoio	0,35%	0,35%	0,30%	0,32%	0,33%	0,36%	0,31%	0,29%	0,27%	0,28%	0,24%
2. Material de Consumo	0,12%	0,11%	0,08%	0,09%	0,07%	0,08%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,06%
3. Tecnologia da Informação e Comunicação	0,08%	0,07%	0,09%	0,08%	0,09%	0,10%	0,09%	0,09%	0,09%	0,09%	0,08%
4. Serviços de Comunicação em Geral e Telecomunicações	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
5. Locação e Conservação de Bens Imóveis	0,04%	0,04%	0,06%	0,06%	0,06%	0,06%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,04%
6. Energia Elétrica e Água	0,04%	0,04%	0,04%	0,03%	0,04%	0,05%	0,04%	0,04%	0,05%	0,04%	0,04%
7. Locação e Conservação de Bens Móveis	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
8. Diárias e Passagens	0,04%	0,05%	0,05%	0,05%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,03%	0,02%	0,02%
9. Outros Serviços	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,04%	0,04%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%

Memorando: Custeio Administrativo por Função Orçamentária	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	0,75%	0,74%	0,70%	0,72%	0,71%	0,79%	0,68%	0,66%	0,63%	0,60%	0,53%
Legislativa	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Judiciária	0,05%	0,06%	0,05%	0,06%	0,06%	0,07%	0,06%	0,06%	0,05%	0,04%	0,04%
Essencial à Justiça	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
Administração	0,08%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,06%	0,06%
Defesa Nacional	0,13%	0,12%	0,11%	0,11%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,09%
Segurança Pública	0,03%	0,03%	0,03%	0,04%	0,04%	0,05%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
											(...)

1 - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-custeio-administrativo>

2 - Para detalhes, ver boxe no boletim: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2022/1>

A partir do RTN de janeiro de 2022, o antigo item de memorando “outras despesas custeio” será substituído pela **nova série de “Custeio Administrativo”**.

A nova série, além de estar **harmonizada com o Boletim de Custeio Administrativo da SOF¹**, terá detalhamento por função e “tipo” de custeio².

A série irá compor a série histórica do RTN, sendo divulgada mensalmente em valores correntes e valores atualizados pela inflação.

As **despesas de custeio administrativo** como proporção do PIB **chegaram ao seu ápice em 2016, anotando contínua redução desde então**.

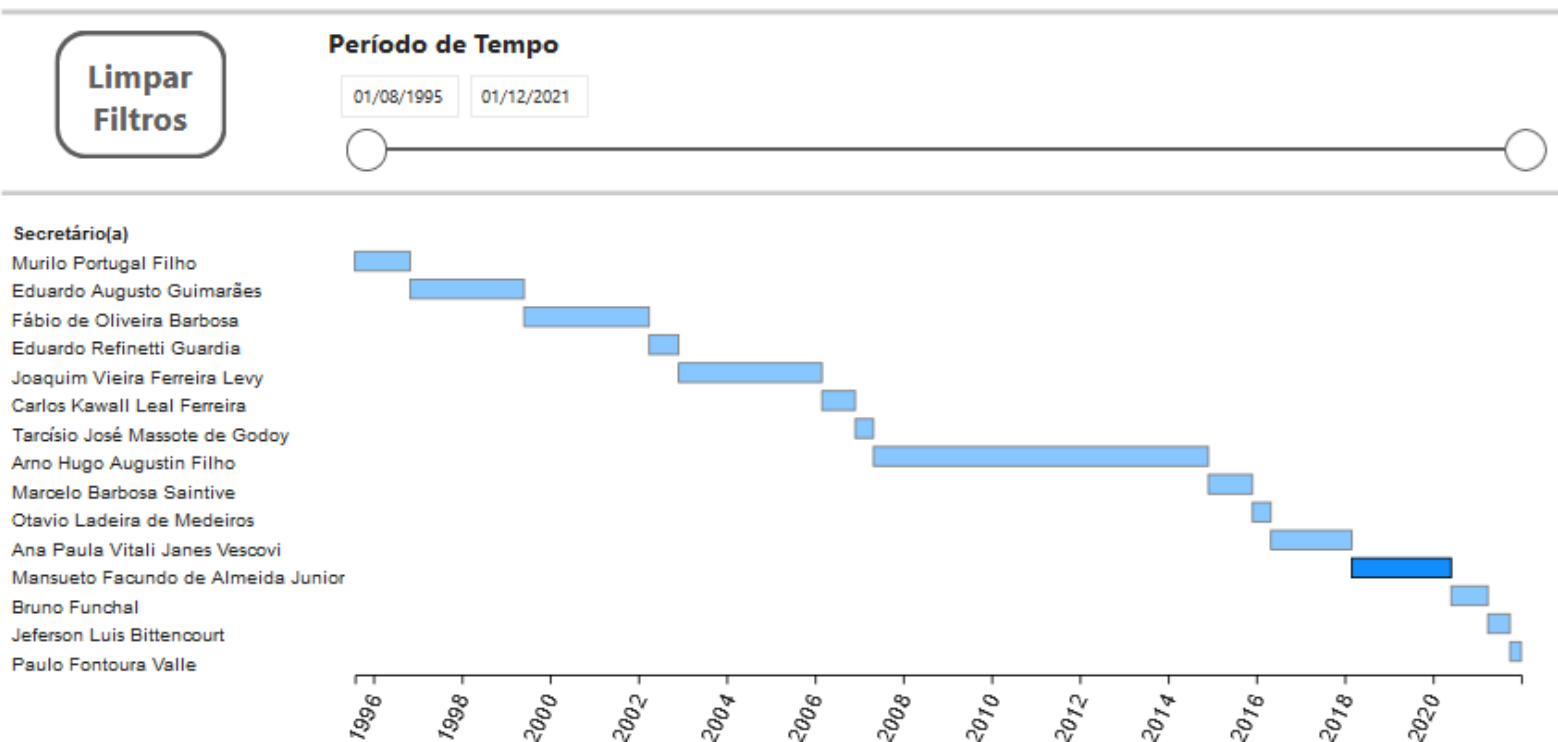
Linha do Tempo do Resultado do Tesouro Nacional

Aprimoramento da Transparência

Linha do Tempo - RTN

Selecione o período de tempo desejado ou clique no período relacionado ao secretário(a), e passe o mouse por cima da segunda linha do tempo para visualizar o evento.

Para acessar o relatório correspondente, clique na evento na tabela abaixo



Em janeiro de 2022 foi lançado, no ambiente do Resultado do Tesouro Nacional, a **Linha do Tempo do RTN**.

A linha do tempo traz o **levantamento dos destaques e comunicações extraordinárias de cada publicação do RTN** desde a sua origem.

É possível realizar buscas por Secretário(a), período de tempo e tipo de comunicação (destaque do boletim, da apresentação ou evoluções estatísticas).

Linha do Tempo do Resultado do Tesouro Nacional

Aprimoramento da Transparência

Evento	
☐ Destaques da Apresentação	
☐ Destaques do Boletim	
☐ Evoluções Estatísticas	

Pesquisa Textual	
Todos	

Evento	Descrição
Destaques da Apresentação	Dez/21 - Comparativo Realizado x Meta; Desvios Programado x Realizado; Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar 2022.
Destaques da Apresentação	Out/21 - Perspectivas para a dívida pública brasileira; Panorama de endividamento mais benigno do que há um ano; A redução da dívida/PIB requer contas públicas no terreno positivo
Destaques da Apresentação	Mai/21 - Dinâmica das Despesas Sujeitas ao Novo Regime Fiscal: 2016/2020; Gastos por Função de Governo - COFOG 2020
Destaques da Apresentação	Abr/21 - Comparativo Projeções Prisma Fiscal x Realizado
Evoluções Estatísticas	Mar/21 - Incorporação das tabelas "5. Demonstrativo de Operações do Governo Central Orçamentário (Dados Trimestrais) e Conciliação com RTN" nos anexos RTN
Destaques da Apresentação	Mar/21 - Análise de sensibilidade da dívida às taxas de juros; Simulação: Importância da revisão dos benefícios tributários; Análise de Primário Requerido para Reduzir a Dívida; Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral
Destaques da Apresentação	Fev/21 - Publicação da estimativa de Carga Tributaria Bruta do Brasil (CTB) 2020; Emenda Constitucional 109: Novo marco fiscal
Evoluções Estatísticas	Jan/21 - Mudança na estrutura de apresentação das séries do RTN: (i) extinção da tabela da dívida líquida; (ii) o comparativo RTN x RREO passou a ser apresentado em um conjunto de dados do TT; (iii) as séries anuais e como proporção do PIB foram separadas; (iv) investimentos passaram a ser apresentados por natureza de despesa e por função; (v) tabelas de variação foram acrescentadas ao final dos anexos.

Esta iniciativa **facilita a pesquisa e localização a partir de navegação direta ou busca textual de eventos** divulgados no RTN.

Encontrado o evento, ao clicar na edição, o usuário pode acessar diretamente o boletim, apresentação e outros anexos.

Obrigado

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

Valores Correntes				
	Mês	Primário	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jan/22	76.539,0	jan/12	98.439,2
2º	jan/20	44.133,0	jan/13	90.488,9
3º	jan/21	43.505,1	jan/11	78.156,1
4º	jan/18	30.842,4	jan/08	61.456,6
5º	jan/19	30.030,2	jan/09	60.053,7
6º	jan/13	26.122,9	jan/14	58.276,3
7º	jan/12	20.621,9	jan/07	56.249,5
8º	jan/17	18.004,7	jan/05	50.475,9
9º	jan/08	15.362,5	jan/10	49.267,4
10º	jan/16	14.688,8	jan/06	48.350,6
11º	jan/11	14.073,7	jan/04	39.151,7
12º	jan/10	13.808,9	jan/03	32.718,8
13º	jan/14	12.240,1	jan/02	25.210,5
14º	jan/07	11.556,3	jan/01	22.057,9
15º	jan/15	9.988,3	jan/00	20.885,1
16º	jan/05	8.377,5	jan/99	7.786,1
17º	jan/04	7.243,0	jan/98	3.329,2
18º	jan/03	7.171,3	jan/22	-2.034,0
19º	jan/02	6.029,8	jan/15	-25.734,2
20º	jan/06	4.055,0	jan/20	-80.962,0
21º	jan/09	3.977,8	jan/18	-111.423,8
22º	jan/01	2.556,4	jan/16	-115.801,8
23º	jan/00	1.480,7	jan/19	-121.033,4
24º	jan/99	759,8	jan/17	-157.959,7
25º	jan/98	550,7	jan/21	-743.882,7

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de jan/22

R\$ Milhões - Valores de Jan/22 - IPCA				
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jan/22	76.539,0	jan/12	181.123,9
2º	jan/20	50.934,7	jan/13	156.492,3
3º	jan/21	48.020,7	jan/11	152.411,6
4º	jan/13	44.238,1	jan/08	140.949,6
5º	jan/18	38.488,5	jan/07	133.948,5
6º	jan/12	37.071,6	jan/05	133.806,2
7º	jan/19	36.111,2	jan/09	132.001,3
8º	jan/08	34.418,9	jan/06	120.218,5
9º	jan/10	27.947,7	jan/04	110.560,9
10º	jan/07	27.072,3	jan/03	105.284,0
11º	jan/11	26.873,3	jan/10	101.296,6
12º	jan/17	23.109,7	jan/14	94.351,5
13º	jan/05	21.363,9	jan/02	89.004,3
14º	jan/03	21.156,6	jan/00	84.463,0
15º	jan/02	20.362,2	jan/01	83.266,2
16º	jan/16	19.863,0	jan/99	32.859,7
17º	jan/04	19.839,0	jan/98	14.736,2
18º	jan/14	19.631,6	jan/22	-9.656,3
19º	jan/15	14.952,8	jan/15	-40.079,3
20º	jan/06	9.783,2	jan/20	-96.554,8
21º	jan/01	9.290,6	jan/18	-142.093,7
22º	jan/09	8.420,4	jan/19	-148.405,0
23º	jan/00	5.699,8	jan/16	-161.428,1
24º	jan/99	3.183,9	jan/17	-206.308,4
25º	jan/98	2.345,7	jan/21	-856.806,4